



LITERATURA E IDEOLOGIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

Natan Severo de Sousa

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Email: natansb.letras@gmail.com

Thalison Breno Alves da Silva

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Email: thalisonbreno14@gmail.com

Juliana Fernanda Vieira Souza

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Email: julianafvs1@gmail.com

Wanderson Kennedy da Nóbrega

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Email: wknobrega@hotmail.com

RESUMO: Apesar de possuir um amplo significado, o termo “ideologia” é entendido, a partir de uma ótica crítica, como uma forma de dominação que se caracteriza a partir do convencimento e da persuasão que causa naqueles que recebem a mensagem que lhes é transmitida através da proposta estabelecida por quem transmite essa ideologia. Assim sendo, pode-se afirmar que se há em um texto marcas ideológicas internalizadas ao decorrer dele, essas marcas podem influenciar e persuadir seu leitor em favor dessa ou daquela ideologia, dependendo do que o texto sugere. Diante do exposto, este artigo faz uma análise sobre a Carta de Pero Vaz de Caminha, canonizada por muitos como sendo a primeira literatura brasileira, ainda que questionada por vários críticos literários se pode ser realmente considerada uma literatura brasileira ou portuguesa. Na Carta, Pero Vaz faz uma descrição ao rei de Portugal sobre as experiências que ele e sua frota vivenciaram ao chegar nas terras que correspondem ao solo brasileiro. Ele descreve como foram os primeiros contatos com os indígenas, bem como as características da terra e detalhes que ele achou conveniente relatar. A partir disso, é questionável se realmente essa descrição condizia de fato com a realidade, a qual se evidencia contraditória com o que ele descreveu em sua Carta. Podemos então constatar com isso que a intenção e o propósito de Pero Vaz envolvem interesses econômicos e colonizadores ligados à Portugal e à cultura eurocêntrica, isto é, descrições com interesses de natureza ideológica. Portanto, este artigo objetiva fazer um paralelo entre a Carta e a ideologia contida nela, bem como questionar o porquê de uma carta informativa como essa ter se constituído como literatura. Para tanto, a discussão reúne alguns conceitos de Chauí (1985) e Kothe (1997) e, a partir disso, verifica a influência da ideologia no texto e na Literatura, a qual é capaz de influenciar o modo de como o leitor observa a realidade dos fatos.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura, Ideologia, Carta de Pero Vaz de Caminha.

INTRODUÇÃO

A influência da ideologia sobre os textos acaba por encobrir ou camuflar a realidade. Essa influência se evidencia também ao fazer-se uma leitura da Carta de Pero Vaz, considerada e canonizada como sendo a primeira literatura brasileira.

Datada de 01 de maio de 1500, a Carta, também denominada como a “Carta a el- Rei Dom Manoel sobre o achamento do Brasil”, foi escrita por Pero Vaz de Caminha, que exercia, nessa expedição, a função de escrivão (vale considerar a diferença entre *escrivão*, que descreve relatos mediante uma ordem ou ofício designado e *escritor*, que é propriamente o autor obras literárias e livros, por exemplo) de Pedro Álvares Cabral, que comandou a frota à qual se atribui o “descobrimento do Brasil”. Foi enviada para o rei pelo navegador Gaspar de Lemos, a Lisboa.

Nela, Pero Vaz faz uma descrição ao rei sobre as experiências que ele e sua frota vivenciaram ao chegar nas terras que correspondem ao solo brasileiro, descrevendo como foram os primeiros contatos com os indígenas, bem como as características da terra e detalhes que ele achou conveniente relatar, como a realização da primeira missa, por exemplo.

No entanto, é necessário, a partir de um olhar crítico, refletir se realmente essa descrição condizia de fato com a realidade, o que realmente e logicamente não demonstra coerência, pois os fatos contados da maneira como foram na Carta se mostram muito ilusórios e utópicos, objetivando assim o favorecimento da visão e cultura portuguesa e eurocêntrica.

Partindo disso, este artigo objetiva fazer uma análise entre o conceito de ideologia, relacionando-o com a Carta, e identificando marcas ideológicas nela. A discussão também questiona o fato de um documento informativo como esse ter sido considerado como literatura, bem como por seu reconhecimento de ser as “primícias” da literatura do Brasil. Assim sendo, a discussão reúne alguns conceitos de Chauí (1985), Kothe (1997) e Proença Filho (1997), e a partir destes, verifica a influência da ideologia no texto e na Literatura, a qual é capaz de influenciar o modo de como o leitor observa a realidade dos fatos.

2 CONCEITO DE IDEOLOGIA

O termo “ideologia” possui um amplo e abrangente significado. Em geral, pode ser entendido como um conjunto de ideias, de valores morais, religiosos e éticos que orientam ou que conduzem a visão de mundo que um sujeito ou um grupo de sujeitos têm de si mesmos e da realidade que enxergam e na qual se inserem.

Esses sujeitos tentam expressar a maneira como veem e como são levados a entender a realidade, isto é, aquela que julgam explicar a sociedade em que vivem. Marilena Chaui (1985) em *O que é ideologia*, diz que: “Temos, portanto, uma teoria geral para a explicação da realidade e de suas transformações que, na verdade, é a transposição involuntária para o plano das idéias de relações sociais muito determinadas.” (CHAUI, 1985, p.10). Isto é, ao expressar uma ideia, o indivíduo que a elabora imagina estar produzindo uma teoria neutra, quando na verdade essa traz consigo uma bagagem ideológica social, política e histórica que influenciará de alguma maneira seu trabalho.

Essa característica da ideologia de influenciar e nortear nossa sociedade e nossa visão de mundo, acaba por “encobrir”, de certa forma, a realidade existente, principalmente do ponto de vista histórico-social, pois a ideologia consiste em “[...] tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas.” (CHAUI, 1985, pp.10-11).

A ideologia, portanto, pode ser entendida como tudo aquilo que mascara a realidade, como “ocultamento da realidade social”, pois tende a “[...] esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política.” Assim como, através dela, “[...] os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.” (CHAUI, 1985, p.21). A ideologia faz com que a dominação de uma classe social sobre outras seja “encoberta”, de modo que a classe dominada não se sinta como tal, e nem perceba o que realmente é, mas que tenha uma visão distorcida da realidade, concordando com sua dominação, pois as relações que mantem com as outras classes, parecem normais, justas e por isso, aceitáveis. Sobre a relação entre ideologia e essa *luta de classes*, Chaui (1985) faz referência ao pensamento de Marx e Engels, quando afirma que:

[...] é impossível compreender a origem e a função da ideologia sem compreender a luta de classes, pois a ideologia é um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas da luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados.(CHAUI, 1985, p.86)

Essa dominação característica da luta de classes, é proporcionada sobretudo através da *alienação*, onde as condições sociais em que a classe dominada se encontra são justificadas por condições alheias, como por acaso, por algum fator natural ou por efeito do destino. Partindo disso é desconsiderado o real, isto é, o processo histórico

que levou ambas as classes a se estabelecerem como *dominante* e *dominada*. Fazendo assim com que a classe dominante “justifique” suas ações, como afirma Chauí (1985, p.85):

Dessa maneira, não só os acontecimentos históricos são explicados de modo invertido, mas tal “explicação” ainda permite que a classe dominante justifique suas ações, fazendo-as aparecer como as “razões da história”. Atribui-se à história uma racionalidade que é apenas a legitimação dos dominantes.”

Se compararmos, por exemplo, a forma como nos é apresentado o “descobrimento do Brasil” (termo que em si e por si só, já traz uma carga ideológica, pois retrata uma visão eurocêntrica, que tenta afirmar que a história do Brasil só passou a existir com a chegada dos portugueses e outros povos europeus neste solo, desconsiderando que já existiam outros povos habitando o Brasil quando Cabral aqui chegou, em 1500, além de evidências de que outros europeus já estiveram em solo brasileiro antes de Cabral), não temos acesso à visão histórica do indígena que presencia a chegada dos navios e homens brancos em suas terras, que agora serviriam como colônia de exploração à Portugal. Temos, porém, uma visão “heroica” de homens que saem de suas terras, enfrentando perigos no oceano e que, enfim, encontram terra e indígenas que ali moram, os quais logo se mostram amigáveis e trocam relações pacíficas com os navegadores, mostrando-lhes suas riquezas, e compartilhando com eles amigavelmente de sua terra, de seus produtos, de suas mulheres.

Essa deturpação ideológica e utópica da história, teria o propósito de estabelecer uma sobreposição de classes sociais sobre outras, (*dominantes* e *dominados*) em que os fatos relatados são aqueles que atendem ou que favorecem à primeira, no caso do exemplo acima citado, aos navegadores, colonizadores portugueses. Corroborando com isso, Chauí (1985), em concomitância ao pensamento de Marx diz:

Porque a ideologia não tem história, mas fabrica histórias imaginárias que nada mais são do que uma forma de legitimar a dominação da classe dominante, compreende-se por que a história ideológica (aquela que aprendemos na escola e nos livros) seja sempre uma história narrada do ponto de vista do vencedor ou dos poderosos. Não possuímos a história dos escravos, nem a dos servos, nem a dos trabalhadores vencidos – não só suas ações não são registradas pelo historiador, mas os dominantes também não permitem que restem vestígios (documentos, monumentos) dessa história. Por isso os dominados aparecem nos textos dos historiadores sempre a partir do modo como eram vistos e compreendidos pelos próprios vencedores. O vencedor ou poderoso é transformado em único sujeito da história não só porque impediu que houvesse a história dos vencidos (ao serem derrotados, os vencidos perderam o “direito” à história), mas simplesmente porque sua ação histórica consiste em eliminar fisicamente os vencidos ou, então, se precisa do trabalho deles, elimina sua memória, fazendo com que se lembrem apenas dos feitos dos vencedores. (CHAUI, 1985, pp.122-124).

Isto é, a história que temos acesso, através dos livros didáticos, do que é exposto e repassado pela mídia ou pelas instituições sociais, é apresentada como uma sequência de acontecimentos totalmente reais (apesar de muitos detalhes desses fatos não poderem ser compreendidos logicamente como legítimos) e tidos como atos “heroicos”, de onde a sociedade cria e alimenta a imagem dos “grandes homens”, dos “grandes feitos” da história. Em todos esses casos, a história é contada, geralmente, visando o interesse da classe dominante, e para isso, a ideologia assume seu papel de mascarar o real.

A partir dessas considerações, podemos concluir que a ideologia, portanto, além do conjunto de valores éticos, morais e religiosos que norteiam nossa visão de mundo, é também, de acordo com uma concepção marxista do termo, um instrumento de dominação, isto é, “tudo aquilo que mascara a realidade”. A seguir, será estabelecido uma conexão entre o conceito e a Carta, identificando a ideologia presente nela.

3 A CARTA E SUAS VERTENTES IDEOLÓGICAS

Tendo conhecimento do significado e função da *ideologia*, analisaremos os aspectos ideológicos contidos na Carta escrita por Pero Vaz de Caminha, onde encontramos muitos vestígios que tentam “mascarar a realidade”, alguns tão lógicos que claramente podem ser notados.

Logo no início da Carta, escrevendo ao rei português, Pero Vaz fala do “achamento” da nova terra. Retomando o que já foi dito anteriormente, essa ideia de *achamento* ou *descobrimento* é utópica, pois, expressando uma visão eurocêntrica, considera a história dessas terras a partir da chegada dos portugueses, desconsiderando os povos que aqui já existiam, bem como evidências de que outros europeus já estiveram em solo brasileiro antes de Cabral.

A seguir, ele diz: “Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para aformosear nem afear, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu.” Ao fazer tal declaração, ele tenta ser *neutro* em sua Carta. Neutralidade essa inexistente e impossibilitada, pois, a ideologia encontra-se atrelada em seu texto, e perceptivelmente visível, tentando encobrir o real e abrindo espaços para o ilusório. “Essa substituição do real pelo imaginário é a grande tarefa da ideologia e por isso ela anestesia como o ópio” (CHAUI, 1985, p.108).

Ele prossegue descrevendo detalhes sobre a navegação, e logo após, sobre a chegada à terra. No seguinte trecho ele faz uma descrição dos indígenas, do povo que a frota encontrou ao desembarcar:

Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram.

Essa descrição traz à tona um *estranhamento* que os portugueses tiveram ao ver os indígenas, tanto pela diferença da cor de pele deles, como pela sua nudez, pois os tripulantes traziam consigo uma visão eurocêntrica sobre a nudez, que de acordo com a moral cristã a qual eles professavam, era relacionada com a ideia de pecado, por isso o uso pejorativo do termo “vergonhas”. Ideias essas que, para os índios, não significava o mesmo: “[...] Não se percebe que, para os índios, não havia “nudez” e ela não tinha a mesma importância. [...] Assim se readota mais facilmente a perspectiva eurocêntrica, como se ela fosse própria do não-europeu.” (KOTHE, 1997, p.216). É questionável quando se lê que os portugueses estranharam tudo isso. Numa perspectiva lógica e real, é mais coerente imaginar a reação dos índios ao contemplarem essa chegada de estranhos em sua terra. Como diz Kothe (1997, p.216): “[...] O choque sofrido pelos índios, vendo não só os brancos barbudos, mas as caravelas, as armas, as roupas, esse não é levado em conta.”

Ainda sobre a admiração dos navegadores com a nudez indígena, podem ser citados os seguintes trechos da Carta:

[...] Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha.

[...] Também andavam, entre eles, quatro ou cinco mulheres moças, nuas como eles, que não pareciam mal. Entre elas andava uma com uma coxa, do joelho até o quadril, e a nádega, toda tinta daquela tintura preta; e o resto, tudo da sua própria cor. Outra trazia ambos os joelhos, com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia nenhuma vergonha.

Percebe-se que o conceito de vergonha tende a favorecer a visão do português, quando diz que “não tínhamos nenhuma vergonha”. É até compreensível a reação deles ao se depararem com tantas mulheres nuas, cena com a qual não era “normal”, nem fazia parte do cotidiano cultural e social deles. Todavia, seria muito mais coerente pensar que as índias teriam maior razão para se envergonharem, ao perceberem os homens estranhos recém-chegados olhando para elas.

Convenhamos que não era somente um olhar no sentido de “observar”, mas com segundas intenções, com interesse sexual. Tanto é que a

partir dessa ótica pode-se entender o porquê da descrição da aparência das índias, que teria como objetivo despertar o interesse português através da sensualidade das índias, coisa bastante comum nesse tipo de relato, pois “[...] Fazia parte dos momentos necessários a serem referidos pelo autor de uma carta de descoberta. Era por excelência, o tópico em que se configurava o exótico, aquilo que mais despertava a curiosidade dos homens europeus.” (KOTHE, 1997, p.221). É, portanto, a partir dessa ótica de interesse sexual, que pode-se explicar o ideal da beleza e sensualidade corporal da mulher brasileira, que perdura até aos dias atuais.

Outro trecho a ser considerado, é o que descreve a aparência dos índios, isto é, seus aspectos fisiológicos:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. [...]

[...] Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobrepena, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa, de fonte a fonte para detrás, uma espécie de cabeleira de penas de ave amarelas, que seria do comprimento de um coto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o touço e as orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena e pena, com uma confeição branda como cera (mas não o era), de maneira que a cabeleira ficava mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia míngua mais lavagem para a levantar.

Qual seria pois o objetivo, o propósito ideológico de descrever esses detalhes sobre a aparência física dos indígenas, senão o de mostrar à coroa portuguesa a feição daqueles que poderiam servir como mão-de-obra para lhes favorecer? Com isso, os indígenas tornar-se-iam objetos que podiam favorecer Portugal, servindo-lhe como “súditos” que cultivam seu produto. Kothe (1997) diz: “Sendo o rei o destinatário da Carta, e capaz de distribuir benesses a quem lhe trouxesse boas notícias, havia interesse em dizer que os novos ‘súditos’ tinham bons narizes, bons rostos, bons corpos.” (KOTHE, 1997, p.217).

De maneira semelhante, temos a descrição sobre a alimentação, o cardápio que os índios comiam, relatados também na Carta:

Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos.

Pode-se entender, primeiro, que a intenção era a de justificar a força e o vigor dos índios obtidos por sua alimentação, tendo como objetivo lançar a ideia de que eles eram fortes, e se o eram, podiam servir como colonizados, podiam ser utilizados para mão-de-obra, beneficiando Portugal. Segundo, era descrever as

características da terra, que era produtiva a ponto de os índios não necessitarem da agricultura, por isso comiam do que caíam ou do que achavam nas árvores. Percebe-se novamente o interesse ideológico contido nessas declarações.

Outro aspecto a ser considerado, o qual é frequente ao decorrer da Carta, são as descrições que contam como era a convivência, segundo Pero Vaz, entre os portugueses e os indígenas, como no trecho a seguir:

Traziam alguns deles arcos e setas, que todos trocaram por carapuças ou por qualquer coisa que lhes davam. Comiam conosco do que lhes dávamos. Bebiam alguns deles vinho; outros o não podiam beber. Mas parece-me, que se lho avezarem, o beberão de boa vontade.

Andavam todos tão dispostos, tão bem-feitos e galantes com suas tinturas, que pareciam bem. Acarretavam dessa lenha, quanta podiam, com mui boa vontade, e levavam-na aos batéis.

Andavam já mais mansos e seguros entre nós, do que nós andávamos entre eles.

Temos então, um mito de uma convivência pacífica, a qual tenta demonstrar as relações entre portugueses e índios com grande naturalidade, como se eles trocassem presentes entre si (os índios davam dos produtos da terra, enquanto os portugueses daquilo que tinham trazido, produtos que os índios não conheciam), além dos relatos de que eles comiam e andavam juntos, como se tudo isso acontecesse da maneira mais espontânea, natural e amigável possível.

Kothe (1997), diz:

[...] O privilegiamento da Carta de Caminha, como documento do encontro entre portugueses e índios, tem como uma de suas funções ideológicas camuflar a existência de tais elementos negativos [inferioridade e barbárie]. Pela Carta, o encontro das duas culturas foi somente uma festa, um maravilhamento mútuo. (KOTHE, 1997, p.220).

Logicamente, não dá para compreendermos que tudo aconteceu da maneira pacífica e amigável como descrito na Carta, mas que com essas declarações houve uma tentativa de camuflar o encontro entre os portugueses e índios, para tentar encobrir com isso a barbárie da tomada das terras habitadas pelos indígenas, os quais foram os mais atingidos nessa história. Portanto, a partir dessas comparações, ficou claro a presença da ideologia na Carta. No entanto, faz-se necessário entender o que tornou esse documento em literatura brasileira, o que será discutido adiante.



REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 31 de mai. 2015.

CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

KOTHE, Flávio Rene. *O cânone colonial: ensaio*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.